



OpenGov3.com

Repensando nosso modelo Político

White Paper (v1.20.15)

Rio de Janeiro, Brasil — 27 de outubro de 2025

Victor BP

Sumário

Seção	Seção
1. Introdução	12. Rebate Social (RS) - Cofinanciamento & Sistema de Benefícios
2. Sumário Executivo	14. Cartões de Projeto — Exemplos (com Rebate Social)
3. Princípios & Premissas	15. KPIs/OKRs por Ministério (exemplos)
4. O Problema Hoje	16. Governança & Compliance
5. Proposta: Eleições por Projetos com Orçamento-Guia	17. Dados & Privacidade (LGPD)
6. Papéis e Atores	18. Dados, Interoperabilidade & Segurança
7. Mecanismo de Votação & Priorização (App)	19. Aquisições & Contratos
8. Score do Executor (0–100)	20. Acessibilidade & Inclusão
9. Ciclo de Vida do Projeto	21. Roadmap de Implementação
10. Orçamento & Alocação	22. Benchmark Internacional
11. Estrutura Ministerial (16 pastas)	23. Glossário (acrônimos usados no documento)

1. Introdução

Precisamos repensar o nosso modelo político atual. Se você tem bom senso e entende de gestão, concorda que esse modelo político que temos não faz o menor sentido. Ideologia só tem uma função: dividir a sociedade para facilitar a vida de quem as controla. E esse controle nem sempre facilita e melhora a vida do cidadão...

A cada eleição a sociedade entra em confronto para prestigiar um teatro absurdo de promessas carismáticas sem a menor preocupação com a execução nem com a eficiência. Narrativas extremamente subjetivas, focadas exclusivamente em gerar adesão por carisma, incapazes de realizar alguma entrega real que de fato melhore a vida dos indivíduos são, infelizmente, o padrão que temos. É o famoso show eleitoral que custa bilhões de reais e gera um dispêndio de energia brutal para, no fim, dar poder e privilégios a quem conquista “o tão almejado” cargo público. A política é, em última essência, um show de ego ineficiente.

É uma boa hora de repensarmos esse modelo todo.

E se despersonificarmos a política e as eleições usando tecnologia?

E se, em vez de focar nos atores teatrais que prometem o mundo, focássemos apenas nos PROJETOS em si que de fato mudam o mundo? Promessa, por si, é igual a papel em branco: aceita tudo e o que vale mesmo é a ENTREGA.

2. Sumário Executivo

OpenGov3 é o desenho de um sistema de eleição e monitoramento de promessas eleitorais usando tecnologia e análise de dados. A ideia é focar na execução com transparência máxima, descentralizando o poder e dando visibilidade para a sociedade sobre o que é feito com o nosso dinheiro. **Essa é a 3ª via real da política: pragmatismo eficiente, aberto e transparente** — usando e abusando de tecnologia.

O modelo atual concentra toda a energia em promessas e disputas de poder. Precisamos trocar promessas por projetos com escopo, custo, responsável, prazo e principalmente, visibilidade máxima do que está acontecendo — e atrelar reputação à entrega verificada. Em uma linha: é a “Política do Resultado: Vote no Projeto, Monitore a Entrega”.

No OpenGov3, a eleição deixa de ser um concurso de narrativas e passa a ser um processo competitivo de projetos. Cada chapa apresenta um portfólio de propostas com: descrição dos problemas, resultados esperados, etapas, orçamentos, fonte de recursos, executores e indicadores de monitoramento. Os cidadãos priorizam os projetos dentro App por votação e acompanham tudo em um dashboard público.

Vota-se em projetos e times que os executarão e não mais em políticos apenas, com forte ênfase no histórico de entregas de quem vai executar (foco no track record). Políticos podem ser líder de projetos, sempre atualizando seu Score.

O histórico (Score) de cada executor/político consolida a sua capacidade de execução: prazos cumpridos, desvios eventuais, eficiência orçamentária e impacto social — transparência radical para reduzir assimetrias de informação.

Esqueça a ideologia e discutir sexo dos anjos: **o foco é a execução com impacto social contínuo.** O OpenGov3 substitui promessas por projetos com plano de negócios, priorizados pelos cidadãos no App e financiados de acordo com um orçamento realista por Ministério.

O político em si não importa mais do que os times que executarão os projetos, das mais variadas áreas, abrangendo todos os Ministérios. Os ciclos de governo não são mais pensados a cada 4 anos. Esse paradigma cria um problema de foco dos políticos exclusivamente nas eleições. Não precisamos pensar em eleições toda hora de partidos políticos. Agora pensamos em eleições de times que resolverão problemas com seus projetos.

Exemplos: Time de Educação com tais projetos reais, Time de Segurança, Time de Infraestrutura, Time de Tecnologia, Time de Saúde. Cada Ministério tem seus times concorrendo para assumir a pasta e resolver os problemas. Ou seja, são times dedicados e especialistas. Políticos carismáticos e não especialistas perdem valor. O valor está na capacidade de resolver os problemas que temos e não em cantar jingle e teatralizar para a mídia.

A gestão de cada projeto que está sendo executado em cada Ministério é exibida em um dashboard no App. Todo projeto governamental que está em andamento tem acompanhamento pelo sistema com: orçamento, detalhamento de pagamentos que o governo executou, licenças, contratos, tempo de execução, quem são os executores envolvidos, histórico dos executores envolvidos com Score e qualquer outra informação relevante para o maior credor de todos — quem financia isso tudo: o cidadão.

O cidadão tem o direito à informação do que acontece com o país que ele financia da mesma forma que uma diretoria executiva ou que sócios investidores recebem informação do seu negócio. O conceito é o mesmo e a **transparência é soberana. Tudo o que é imutável (contratos, medições, decisões, auditorias, pagamentos públicos) recebe hash e carimbo do tempo com ancoragem em blockchain pública. Auditorias externas publicam pareceres on-chain.**

3. Princípios & Premissas

OpenGov3 parte de cinco princípios operacionais que orientam todas as decisões. Eficiência com simplicidade significa reduzir camadas desnecessárias de gestão, padronizar fluxos e medir desempenho com indicadores objetivos. A simplicidade não é estética: é o menor número de passos para gerar impacto para o cidadão.

Transparência total implica publicar dados de projeto, orçamento, entrega e auditoria em formato aberto e comparável, com trilhas de auditoria registradas por hash e carimbo do tempo ancorados em blockchain pública sempre que se tratar de elementos imutáveis (contratos, medições, decisões, pagamentos públicos e pareceres).

Responsabilização por resultados significa atrelar reputação à entrega verificada. O discurso importa menos do que o cumprimento de prazos, custos e padrões de qualidade. Desvios justificam medidas corretivas e impactam o Score do Executor (0–100).

Respeito ao recurso escasso impõe planejamento responsável, priorização baseada em evidências e disciplina de execução. **Cada real mal gasto representa tempo de vida e oportunidades perdidas para milhões de pessoas.**

Foco no indivíduo recoloca o cidadão no centro: o que se mede é o resultado percebido por quem usa serviços públicos, não o esforço da máquina. **Políticas públicas existem para fortalecer indivíduos e oportunidades, não estruturas de poder.**

4. O Problema Hoje

O desenho político dominante recompensa promessas e narrativas, não a capacidade de execução. Campanhas bilionárias anunciam soluções genéricas; após a posse, faltam portfólio de projetos, escopo claro, metas mensuráveis e responsáveis identificados. A governança da informação é fragmentada, dificultando comparação entre territórios e impedindo controle social qualificado. Em paralelo, o orçamento executado não conversa com as prioridades do cidadão e há pouca rastreabilidade das decisões. O resultado é um ciclo vicioso: baixa eficiência, baixa confiança e baixa responsabilização.

5. Proposta: Eleições por Projetos com Orçamento-Guia

OpenGov3 transforma a eleição em um processo competitivo de projetos contante. Cada chapa apresenta um portfólio com problema, escopo, marcos, orçamento, fonte de recursos, Executores e indicadores de sucesso (KPIs — Indicadores-chave de Performance). O eleitor prioriza os projetos no App dentro de um orçamento-guia anual por Ministério. **A regra é simples: quanto maior a prioridade social, maior a fatia de orçamento para execução no ciclo seguinte.**

Todos os registros de voto agregado recebem hash e carimbo do tempo ancorados em blockchain pública (sem dados pessoais). Documentos e eventos imutáveis — contratos, medições de obra/serviço, decisões, pagamentos públicos e pareceres de auditoria — também recebem ancoragem em blockchain pública. Isso cria uma trilha de verificação independente e permanente.

O Score do Executor (0–100) é recalculado a cada marco concluído, permitindo comparar desempenho entre projetos, períodos e organizações. A combinação de priorização pública e trilha de evidências inibe promessas vazias e realinha a política ao que interessa: entregar.

6. Papéis e Atores

O eleitor é o protagonista do ciclo: define prioridades no App, acompanha indicadores e avalia resultados. O Executor — que pode ser órgão público, consórcio, organização social ou empresa — é responsável por transformar recursos em entregas verificáveis, registrando evidências de cada marco com hash e carimbo do tempo. O Ministério funciona como gestor de portfólio setorial, balanceando risco, impacto e orçamento e cobrando resultados de suas equipes.

A Auditoria Externa verifica evidências e publica pareceres com referência on-chain; a Controladoria e a Ouvidoria asseguram conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tratam denúncias qualificadas e preservam a integridade do sistema.

Ator	Responsabilidade-chave
Eleitor	Rankeia projetos, acompanha execução, avalia resultados.

Executor (público/privado/3º setor)	Entrega metas e evidências; responde por desvios.
Ministério	Define carteira setorial, prioriza iniciativas, cobra resultados.
Auditoria Externa	Verifica e publica pareceres com referência on-chain.
Controladoria/Ouvidoria	Assegura conformidade (LAI/LGPD), trata denúncias, mantém trilhas.

7. Mecanismo de Votação & Priorização (App)

O App organiza um ranking único de prioridades por Ministério, garantindo diversidade temática e equilíbrio territorial por regras simples e auditáveis. Filtros por executores, projetos, estados, cidades, união, ministério, classe de investimento. O cidadão distribui sua prioridade entre projetos concorrentes; o algoritmo evita concentração excessiva e fraudes (ex.: ataques Sybil). Cada voto é registrado com hash e carimbo do tempo, sem dados pessoais, garantindo verificabilidade pública e preservação de privacidade. O resultado consolidado guia a alocação do orçamento do próximo ciclo.

A verificação de identidade usa prova de vida e autenticação multifator. Há mitigação a ataques de identidade sintética e bots (anti-Sybil), logs pseudonimizados e limites para concentração de influência.

Regras de desempate consideram impacto marginal, custo/benefício e equilíbrio territorial. O objetivo é simples: preservar a vontade do conjunto dos eleitores, com registro agregador do voto com hash e carimbo do tempo ancorados em blockchain pública.

8. Score do Executor (0–100)

O Score do Executor mede a capacidade de entregar dentro do combinado e com impacto. Os pesos são fixos: Prazo 20%, Custo 20%, Qualidade 15%, Transparência 10%, Impacto 15%, Satisfação cidadã 10% e Compliance 10%. A cada marco, a auditoria atualiza as notas parciais. O componente de Transparência mede a qualidade e a completude das evidências publicadas — contratos, medições e pagamentos com hash e carimbo do tempo em blockchain pública — e a tempestividade do reporte. Compliance observa aderência regulatória (LGPD, anticorrupção, conflitos de interesse) e cumprimento das salvaguardas do modelo.

Dimensão	Definição	Peso
Prazo (on-time)	Aderência ao cronograma de marcos.	20%
Custo (on-budget)	Variação em relação ao orçamento aprovado.	20%

Qualidade	Conformidade técnica e acordos de nível de serviço (SLAs).	15%
Transparência	Evidências e logs ancorados em blockchain pública.	10%
Impacto (outcomes)	Benefício social mensurado.	10%
Satisfação cidadã	NPS/CSAT de usuários.	10%
Compliance	LGPD/anticorrupção/conflitos; pareceres on-chain.	15%

9. Ciclo de Vida do Projeto

O ciclo é padronizado para toda a federação. Proposição consolida o problema e separa desejos de requisitos. A triagem técnico-jurídica checa viabilidade, lastro regulatório e riscos. A votação/priorização no App define a ordem de alocação do orçamento-guia. A contratação seleciona a melhor alternativa técnica-econômica, com marcos e resultados esperados claros. A execução/monitoramento acompanha cronograma, custo, qualidade e impacto. A auditoria externa valida evidências e recalcula o Score do Executor (0–100). O encerramento documenta lições aprendidas e ativa a medição pós-projeto quando houver efeitos de médio prazo. Onde houver elementos imutáveis, aplica-se hash e carimbo do tempo ancorados em blockchain pública.

10. Orçamento & Alocação

A metodologia combina planejamento top-down por Ministério com espaço para inovação de base. Existem pisos e tetos setoriais, contingência e uma reserva de inovação. A matriz de ponderação tipicamente considera Impacto (35%), Urgência (20%), Custo/Eficiência (20%), Dependências (15%) e Equilíbrio (10%). Revisões semestrais reavaliam o portfólio e realocam recursos de acordo com desempenho e contexto. Decisões, quando imutáveis, têm sua documentação ancorada em blockchain pública.

Cada Ministério recebe um envelope anual compatível com metas pactuadas. Há contingência para riscos e uma reserva de inovação entre 1% e 3% para testar soluções com alto potencial. A alocação considera impacto esperado, custo/eficiência, urgência, dependências e equilíbrio territorial. Revisões semestrais permitem realocar recursos de projetos ineficientes para iniciativas com melhor desempenho, sempre com trilha decisória ancorada em blockchain pública quando envolver decisões imutáveis e seus anexos.

11. Estrutura Ministerial (16 pastas)

A estrutura ministerial organiza o governo como gestor de portfólios temáticos, com GovTech & Dados Abertos como função transversal. Abaixo, as 16 pastas e seus escopos de forma padronizada.

Ministério	Escopo síntese
GovTech & Dados Abertos (transversal)	Governo digital, interoperabilidade, identidade e dados abertos.
Defesa & Segurança Pública	Defesa, forças, inteligência, defesa civil e fronteiras.
Educação & Cultura	Educação básica/superior/técnica, cultura e patrimônio.
Saúde	Atenção Primária (APS), Média/Alta Complexidade (MAC), vigilância, saúde digital.
Infraestrutura & Logística	Rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.
Fazenda, Orçamento & Planejamento	Receita, tesouro, LOA/LDO/PPA e compras públicas.
Justiça, Integridade & Transparência	Justiça, integridade, LAI, anticorrupção e ouvidoria.
Meio Ambiente, Clima & Recursos Hídricos	Licenciamento, conservação, clima, bacias e saneamento.
Energia & Recursos Minerais	Elétrica, óleo e gás (O&G), mineração e transição energética.
Agricultura, Pecuária & Abastecimento	Defesa agro, irrigação, abastecimento e ATER.
Desenv. Econômico, Indústria & Serviços	Indústria, MPMEs, economia digital e competitividade.
Relações Exteriores & Comércio Exterior	Diplomacia, promoção, acordos e investimentos.
Cidades, Habitação & Mobilidade Urbana	Habitação, urbanismo, mobilidade e resiliência.
Proteção Social, Família & Trabalho	Assistência, renda, qualificação e emprego.
Turismo, Esporte & Economia Criativa	Turismo, esporte e economia criativa.
Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (P,D&I)	Fomento à CT&I, parques e transferência tecnológica.

12. Rebate Social (RS) - Cofinanciamento & Sistema de Benefícios

Rebate Social (RS) é um mecanismo pelo qual pessoas e empresas que cofinanciam projetos públicos recebem, após a entrega validada de marcos, um benefício proporcional — preferencialmente batimento tributário (RSF) e, complementarmente, benefícios não fiscais (RSN, como selo de transparência, fast-track regulatório e naming rights por exemplo).

O RS tem lastro em entrega real (não em promessa), obedece tetos por contribuinte, por projeto e por setor, respeita neutralidade concorrencial (quem financia não “compra” contrato), e opera com transparência total: cada contribuição, evidência de entrega, parecer de auditoria e emissão/uso do RS ficam registrados com hash e carimbo do tempo. Há segregação estrutural entre financiamento e contratação e um comitê com participação cidadã acompanha parâmetros e conflitos.

O crédito do RS entra na carteira do financiador com ente emissor (municipal/estadual/federal), fator de conversão e validade para resgate futuro em tributos dentro das regras do ente; já os RSN são ativados na plataforma.

O cálculo do benefício parte de economias/ganhos de eficiência comprovados e auditados. Aplica-se um fator alfa setorial (α) definido por política pública, com tetos por contribuinte, por projeto e por setor.

Assim, o RS direciona recursos privados para prioridades públicas com adicionalidade, controle e eficiência, garantindo que o recurso escasso seja respeitado e que a sociedade vote no projeto e acompanhe a entrega.

Estímulo também a criação de mecanismos de **Endowment Fund** dedicados a áreas específicas (Segurança Pública, Educação), em que contribuição por parte da sociedade seja uma forma de cofinanciamento de áreas específicas.

14. Cartões de Projeto — Exemplos (com Rebate Social)

Os exemplos a seguir demonstram como apresentar parâmetros, suposições e salvaguardas de forma verificável. Cada cartão exemplo inclui: base elegível, fator α setorial (percentual aplicável ao ganho/eficiência), cálculo do RS (Rebate Social), número estimado de beneficiários e RS per capita, fontes de dados e requisitos de auditoria externa. Todos os recibos digitais (contribuições, emissões e resgates) têm hash e carimbo do tempo com ancoragem em blockchain pública.

Metodologia — O RS deriva de economia/ganho mensurado após auditoria. Define-se a base elegível (R\$), aplica-se α (%), resultando no valor total de RS. Em seguida, estimam-se beneficiários elegíveis e calcula-se o valor per capita. Tetos por contribuinte, por projeto e por setor limitam concentração; neutralidade concorrencial e segregação financiamento-contratação evitam captura.

Salvaguardas — Documentos e medições relevantes são assinados digitalmente e publicados com referência on-chain. Pareceres de auditoria registram método, amostra, achados e ressalvas. O painel exibe série histórica e links para evidências.

Exemplo 1 — Segurança Pública: $\alpha=30\%$ sobre base elegível de R\$ 22,0 milhões gera RS de R\$ 6,6 milhões; 120 mil elegíveis (~R\$ 55/CPF). Escopo: iluminação inteligente, vigilância territorial e resposta integrada. Indicadores: crimes letais, tempo de resposta, percepção de segurança.

Exemplo 2 — Infraestrutura: $\alpha=25\%$ sobre R\$ 53,8 milhões gera RS de R\$ 13,45 milhões; 300 mil elegíveis (~R\$ 44,83/CPF). Escopo: corredor BRT, faixas de ultrapassagem e manutenção preditiva. Indicadores: tempo de viagem, IRI, acidentes por 100 mil.

Exemplo 3 — Saúde: $\alpha=35\%$ sobre R\$ 26,2 milhões gera RS de R\$ 9,17 milhões; 500 mil elegíveis (~R\$ 18,34/CPF). Escopo: atenção primária digital, teletriagem e farmácia integrada. Indicadores: tempo para consulta, cobertura APS, mortalidade evitável.

Campo	Exemplo
Título	Corredor BRT Norte
Ministério/Órgão	Infraestrutura & Logística
Executor	Consórcio X / Órgão Y
Orçamento / Fonte	R\$ 320 mi / LOA + Cofinanciamento
Cronograma	jan/2026–dez/2027 (8 marcos)
KPIs	Tempo de viagem; Emissão evitada; Satisfação do usuário
Rebate Social	20% de economias comprovadas; auditoria on-chain; carteira/PIX
Status / Evidências	Marco 2 concluído; medição certificada (hash + âncora)

15. KPIs/OKRs por Ministério (exemplos)

Saúde mede tempo de acesso a consulta, cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS) e mortalidade evitável. Educação & Cultura acompanha aprendizagem (Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB — e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB), permanência e acervo digital. Infraestrutura olha para tempo de viagem, Índice Internacional de Irregularidade (IRI) e acidentes. Segurança Pública acompanha crimes letais, resolutividade e tempo de resposta. Cada indicador tem meta, fonte de dados, periodicidade e método de verificação definidos.

16. Governança & Compliance

A proteção de dados começa no desenho: minimização, finalidade legítima e base legal definida. Quando necessário, elabora-se o Relatório de Impacto à Proteção de Dados — Data Protection Impact Assessment (DPIA) — e nomeia-se o Encarregado de Dados — Data Protection Officer (DPO). O Registro

das Operações de Tratamento de Dados (ROPA) é mantido atualizado. Acesso segue o princípio do menor privilégio e o descarte é seguro e auditável.

17. Dados & Privacidade (LGPD)

A governança define papéis RACI (Responsible, Accountable, Consulted, Informed — matriz de papéis) em cada fase do ciclo, estabelece ritos de prestação de contas e sanções proporcionais a desvios. Compliance cobre LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), anticorrupção, integridade, conflito de interesses e publicidade ativa. Pareceres de auditoria externa são publicados com referência on-chain. A combinação de regras simples e enforcement público eleva o custo da ineficiência e reduz espaço para opacidade.

18. Dados, Interoperabilidade & Segurança

A arquitetura adota interfaces abertas (APIs públicas), padrões de interoperabilidade e identidade digital segura com autenticação robusta e assinaturas com carimbo do tempo. Trilhas de auditoria são exportáveis e seus hashes são periodicamente ancorados em blockchain pública. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) guia todo o tratamento: minimização, base legal, prazos de retenção e descarte seguro. O ledger do Rebate Social registra apenas o mínimo necessário e não armazena dados pessoais.

A arquitetura técnica é modular. O App conversa com APIs públicas e um Data Lake governado, onde dados de execução e controle são versionados. Um serviço de ancoragem pública publica periodicamente os hashes das trilhas de auditoria em blockchain pública. O painel aberto exhibe andamento, orçamento executado, evidências e Score do Executor. Controles de segurança incluem criptografia, gestão de chaves, segregação de ambientes, observabilidade e continuidade de negócios.

19. Aquisições & Contratos

As contratações vinculam-se a resultados. Obras, serviços e software/Software as a Service (SaaS) seguem modelos de pagamento por marcos, com retenção parcial até o aceite final. Documentos contratuais, aditivos, medições e atestes recebem hash e carimbo do tempo ancorados em blockchain pública. A adoção de padrões contratuais e catálogos de requisitos acelera concorrências e diminui disputas interpretativas.

20. Acessibilidade & Inclusão

O padrão de acessibilidade segue as Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) nível 2.2 AA. Interfaces adotam linguagem simples, funcionam em baixa conectividade e oferecem modo offline quando aplicável. Conteúdo multilíngue pode ser ativado para alcançar públicos diversos. Inclusão não é apêndice: é requisito desde o início.

21. Roadmap de Implementação

O caminho recomendado começa com um piloto (T0–T1) de 10 a 20 projetos com identidade digital e trilhas de auditoria. Em T2, expande-se o escopo temático, consolida-se o baseline de indicadores e iniciam-se auditorias on-chain rotineiras. Em T3, escala-se federativamente com integração tributária e

Rebate Social. Em T4, consolidam-se ajustes regulatórios, dados abertos e APIs públicas, além de uma avaliação externa independente do modelo.

22. Benchmark Internacional

Singapura — Identidade digital de massa (SingPass) e camada MyInfo permitem “serviços by-default”: o Estado antecipa obrigações e oferece respostas proativas. A disciplina de arquitetura, catálogos de APIs e centrais de excelência reduzem atrito e tempo de entrega. O aprendizado aqui é padronização técnica com foco radical em jornada do usuário.

Estônia — O e-ID (Identidade Digital) e o X-Road (Plataforma de Interoperabilidade Segura) materializam o princípio do “once-only”: o cidadão só informa um dado uma única vez. Logs distribuídos e assinaturas com carimbo do tempo garantem trilhas de auditoria independentes. O aprendizado é interoperabilidade segura com responsabilização embutida.

Nova Zelândia — O Wellbeing Budget usa metas de bem-estar como bússola orçamentária e promove “regulation-as-code”: regras claras, testáveis e automáticas. O aprendizado é orientar o orçamento por outcomes (resultados) e publicar regras de forma executável para reduzir ambiguidades.

Escandinávia e EUA — Cultura de metas públicas, avaliação independente e “evidence-based policy” (política baseada em evidências) amplia a confiança social. O aprendizado é abrir dados de resultados e atrelar financiamento a evidências verificáveis.

Síntese para o OpenGov3 — Identidade/assinatura digital, interoperabilidade once-only, serviços by-default, orçamento orientado a bem-estar e avaliação por evidências formam o núcleo. Tudo que for imutável (contratos, medições, decisões, pagamentos, pareceres) recebe hash e carimbo do tempo com ancoragem em blockchain pública para garantir autenticidade e não repúdio.

23. Glossário (acrônimos usados no documento)

Acrônimo	Significado
API	Application Programming Interface
APS	Atenção Primária à Saúde
BRT	Bus Rapid Transit
CAPEX	Despesa de Capital
CSAT	Customer Satisfaction (Satisfação do Usuário)
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DPIA	Data Protection Impact Assessment (Relatório de Impacto à Proteção de Dados)

DPO	Data Protection Officer (Encarregado de Dados)
e-ID	Identidade Digital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IRI	International Roughness Index (Índice Internacional de Irregularidade)
KPI	Indicador-chave de Performance
KPIs	Indicadores-chave de Performance
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAC	Média e Alta Complexidade (em Saúde)
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NPS	Net Promoter Score
O&G	Óleo e Gás
OKR	Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chave)
OKRs	Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chave)
OPEX	Despesa Operacional
PIX	Sistema de Pagamentos Instantâneos do Brasil
PPA	Plano Plurianual
RACI	Responsible, Accountable, Consulted, Informed (matriz de papéis)
ROPA	Registro das Operações de Tratamento de Dados
RS	Rebate Social
RSF	Rebate Social Fiscal (abatimento tributário)
RSN	Rebate Social Não Fiscal (benefícios não

	tributários)
SaaS	Software as a Service
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SLAs	Service Level Agreements (Acordos de Nível de Serviço)
SSO	Single Sign-On (Autenticação Unificada)
WCAG	Web Content Accessibility Guidelines (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web)
X-Road	Plataforma de Interoperabilidade Segura (Estônia)

Nota

Claro que imaginar esse tipo de mudança de paradigma em uma país como o Brasil é utópico.

Rodar um MVP desse sistema em um país desenvolvido e menor, usando uma cidade como *sandbox*, seria bem mais factível.

Mas eu particularmente não tenho a menor dúvida que em um futuro breve, esse será o caminho da política. O ser humano tem suas limitações, e lidar com o poder talvez seja a maior delas.